

[Org.]

Eduardo Cambi



*Ministério Público
contemporâneo
e do futuro*

*Ministério Público
contemporâneo
e do futuro*

[Org.]
Eduardo Cambi

Ministério Público
contemporâneo
e do futuro





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini

Diagramação Bárbara Rodrigues

Catálogo na Publicação (CIP)

M665 Ministério público contemporâneo e do futuro / Eduardo Augusto Salomão Cambi (org.). - 1.
ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
1006 p.

ISBN 978-65-5589-386-1

1. Direito. 2. Direito Público. I. Cambi, Eduardo, 1974-. II. Título.

CDD: 341

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação – por Eduardo Cambi.....	11
Apresentação – por Antônio Augusto Brandão de Aras.....	15
Apresentação – por Ubiratan Cazetta.....	17
Apresentação – por Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares.....	19
Apresentação – por Ivana Lúcia Franco Cei.....	21
1. A legitimidade da política criminal voltada ao consenso: O acordo de não persecução penal e o papel do Ministério Público.....	23
<i>Adriano Godoy Firmino</i>	
2. O crime organizado e o ministério público do paraná: Do cangaço ao Gaeco.....	45
<i>Alexandre Augusto Galvão da Silva</i>	
<i>Cristiano de Oliveira Viana Correia</i>	
<i>Rodrigo Bonatto Dall’Asta</i>	
<i>Sergio Renato Sinhori</i>	
<i>Vitor Lemes de Resende</i>	
3. Das associações profissionais às associações temáticas: Contribuies para a compreensão de um novo marco associativo no Ministério Público brasileiro.....	77
<i>Alexandre de Oliveira Alcântara</i>	
4. O Ministério Público e as políticas públicas na defesa dos direitos das crianças e adolescentes: Os conselhos de direitos como prioridade entre prioridades.....	95
<i>Aline Arroxelas Galvão de Lima</i>	

5. Reflexões sobre o papel do Ministério Público na superação da cultura meritocrática e (re)construção da solidariedade social.....115
Ana Righi Cenci
Samia Saad Galotti Bonavides
6. Da legalidade à conformidade: Controladoria interna e ouvidoria como ferramentas de compliance no setor público e o papel de indução do Ministério Público.....135
André Luís Bortolini
Bruno Rinaldin
7. Soluções negociadas na justiça penal brasileira: expansão, alternativas e perspectivas.....161
Camila Batistella
Antonio Henrique Graciano Suxberger
8. Para falar novamente sobre equidade de gênero no Ministério Público brasileiro: A paridade participativa como instrumento de reconexão social e de refinamento da produção de conhecimento e da práxis institucional.....199
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Paulo de Tarso Brandão
9. Corpos mortos, corpos tensos e corpos reeducados.....235
Claudia Cristina Hoffmann
Thimotie Aragon Heemann
10. O novo Ministério Público da infância e juventude infracional: Atuação baseada em evidências.....271
Danielle Cristine Cavali Tuoto
Carlo Araújo Tiepo
Rômulo Antônio Assis Bomfim
11. Ministério Público e a luta contra o racismo no sistema de justiça.....301
Eduardo Cambi
Letícia de Andrade Porto
Rafael Pereira

12. A intervenção do Ministério Público contemporâneo e do futuro como fiscal da ordem jurídica no cível: Uma releitura pela desnecessidade de atuação nos processos que envolvam interesses individuais relativamente indisponíveis.....	331
<i>Erinton Cristiano Dalmaso</i>	
13. O Ministério Público como interlocutor na efetivação de políticas públicas.....	361
<i>Evaldo Teixeira</i>	
14. Aspectos polêmicos do acordo de não persecução penal (ANPP): Caráter negocial; limites à retroatividade; possibilidade de uso da confissão em caso de descumprimento; semelhanças e diferenças com a colaboração premiada.....	393
<i>Fernando Augusto Sormani Barbugiani</i> <i>Éllen Crissiane de Oliveira Cilião</i> <i>Thainá de Paula Belmiro</i>	
15. Ministério Público contemporâneo e do futuro – Gestão do MP e novas perspectivas políticas-institucionais – Construindo um MP para o futuro: transformações necessárias para atender uma sociedade complexa.....	421
<i>Flávia Valéria Nava Silva</i>	
16. O papel do Ministério Público nos acordos de colaboração premiada.....	447
<i>Galtiênio da Cruz Paulino</i>	
17. Desastres de mineração: tragédias evitáveis? A atuação resolutiva do Ministério Público de Minas Gerais no caso do rompimento das barragens em Brumadinho.....	463
<i>Andressa de Oliveira Lanchotti</i> <i>Giselle Ribeiro de Oliveira</i>	

18. Do gerenciamento do desastre à gestão do risco:
Atuação do MPMG na proteção do patrimônio cultural
em situação de risco por barragens de mineração.....487
Giselle Ribeiro de Oliveira
19. Gestão por processos no Ministério Público: Por que
a iniciativa institucional merece apoio de todos?.....517
Gladyson Sadao Ishioka
20. O acordo de não persecução penal e a tese
da americanização do processo penal: Análise
epistemológica à luz da doutrina dos transplantes
jurídicos de Máximo Langer.....549
Graziella Maria Deprá Bittencourt Gadelha
Helaine da Silva Pimentel Pereira
Mônica Bermudes Medina Pretti
Américo Bedê Freire Júnior
21. O modelo de justiça integral sistêmica como
uma proposta de atuação resolutiva do Ministério
Público paranaense nos casos que envolvem
o uso abusivo e a dependência de substâncias
psicoativas lícitas e ilícitas.....577
Guilherme de Barros Perini
Letícia Soraya Prestes Gonçalves de Paula
22. O contributo do Ministério Público à proteção dos
direitos humanos por meio do processo penal efetivo.....607
Guilherme Carneiro de Rezende
23. O WhatsApp e a prova e a distribuição do risco do
erro e do ônus de provar: A virada racionalista e
epistemológica do direito probatório.....633
Hermes Zaneti Jr.
24. Revisão, valorização e reinvenção das promotorias
criminais sob o enfoque da resolutividade.....663
João Gaspar Rodrigues

25. Loteamentos de acesso controlado: Impactos nas cidades brasileiras e a atuação do Ministério Público.....683
Aline Bilek Bahr
Kelly da Luz de Lima
Otávio Trevizan Socachevsky
Yara Cristina Maria Lavezzo
26. Orçamento republicano: Por uma compreensão adequada do papel do Ministério Público.....707
Lucimara Rocha Ernlund
Mariana Seifert Bazzo
27. A Fundação Renova e as entidades de infraestrutura específica (claims resolution facilities): O Ministério Público brasileiro na era da justiça consensual e os litígios coletivos complexos.....727
Marcus Aurélio de Freitas Barros
Victória Rincon Machado Mourão Crespo
28. Papel do Ministério Público contemporâneo na fiscalização da aplicação de recursos destinados a políticas da infância e juventude.....757
Danielle Cristine Cavali Tuoto
Mariana Seifert Bazzo
José Maurício Conti
29. Mineração de textos e consensualidade na tutela do patrimônio público.....785
Murilo Alan Volpi
Bruno Cesar dos Santos Lima
Matheus Tauan Volpi
30. A atuação do Ministério Público na política pública de prevenção ao risco de desastres.....801
Paulo Antonio Locatelli
Jessica Kindlein Angioletti
31. A atuação preventiva e dialogada do Ministério Público na resolução de conflitos.....825
Pedro Evandro de Vicente Rufato

32. Da atuação do Ministério Público no direito processual coletivo penal e não penal.....	845
<i>Rafael de Oliveira Costa</i>	
33. Direitos humanos no âmbito do estado: instituições nacionais de direitos humanos e Ministérios Públicos na América Latina – para além dos princípios de Paris.....	863
<i>Eliezer Gomes da Silva</i>	
<i>Rafael Osvaldo Machado Moura</i>	
<i>Thimotie Aragon Heemann</i>	
34. O real limite contemporâneo da independência funcional do membro do Ministério Público.....	905
<i>Renee do Ó Souza</i>	
35. O princípio da eficiência e a atuação do Ministério Público na tutela coletiva.....	925
<i>Rogério Rudiniki Neto</i>	
36. Princípios institucionais e planejamento estratégico: necessidade de adequação aos tempos de atividade resolutiva do Ministério Público em prol da concretização dos direitos fundamentais.....	943
<i>Salomão Ismail Filho</i>	
37. Negócios processuais e o compromisso de ajustamento de conduta.....	969
<i>Thiago Chacon Delgado</i>	
38. Chefia colegial para o Ministério Público: uma orientação mais democrática.....	987
<i>Walter Claudius Rothenburg</i>	
Autores.....	1005

MP contemporâneo e do futuro:

*Fortalecimento do Ministério Público brasileiro
pela valorização da ciência, da produção de
novos conhecimentos e boas práticas*

por Eduardo Cambi

“Há três séculos, o conhecimento científico não faz mais do que provar suas virtudes de verificação e de descoberta em relação a todos os outros modos de conhecimento. É o conhecimento vivo que conduz a grande aventura da descoberta do universo, da vida, do homem. Ele trouxe, e de forma singular neste século, fabuloso progresso ao nosso saber”
(Edgar Morin. *Ciência com consciência*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 15).

Apresentar uma nova obra coletiva é um ato prazeroso, especialmente quando o saber teórico é traduzido em aplicação e utilidade prática.

O Ministério Público brasileiro, construído a partir dos alicerces democráticos da Constituição da República de 1988, tem procurado fazer valer sua posição de instituição responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Porém, as transformações tecnológicas, culturais e sociais, das últimas décadas têm acelerado a necessidade de permanente atualização, produção de novos conhecimentos e investimentos em inovação.

O Colégio de Diretores de Escolas e de Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) reúne 38 instituições de ensino. Há uma oferta contínua de ações de qualificação, grupos de pesquisas e estímulo à produção científica para membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como programas de extensão abertos para a educação da comunidade.

Refletir, criticamente, a atuação do MP, nas suas mais diversas áreas de atuação, bem como sobre a sua organização e formas de trabalho, é um dos grandes desafios para a construção de um Ministério Público Contemporâneo e do Futuro.

O contexto mundial atual coloca em pauta os aprendizados que a pandemia trouxe e os novos horizontes e reflexos à atuação ministerial. O uso crescente da tecnologia e o trabalho remoto são uma realidade e conduzem a um olhar atento às necessidades do Ministério Público brasileiro. É preciso repensar suas práticas institucionais, especialmente no que se refere a maior aproximação com a população brasileira.

O conhecimento científico, a valorização dos saberes e práticas ministeriais, no diálogo permanente com as Universidades e os demais atores públicos e privados, gera o aperfeiçoamento funcional e estimula o permanente desenvolvimento da melhor aplicação do Direito na promoção da dignidade humana, do Estado Democrático de Direito e da realização dos princípios éticos essenciais ao exercício da cidadania.

O ano de 2021 é um marco importante para o fortalecimento do Ministério Público por meio da educação comprometida com a inovação e da produção de novos conhecimentos. Com a organização do CDEMP, e a valiosa contribuição da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), foi possível lançar, no novo sítio (www.cdemp.org.br), a revista Ministério Público brasileiro, com a sujeição dos rigorosos critérios do QUALIS/CAPES. Tal iniciativa, embora voltada à interlocução acadêmica e às pesquisas empíricas que possam melhor compreender à atuação do Ministério Público a partir de evidências, não prejudica outras ações, como a que ora se apresenta, para estimular e valorizar o saber produzido por todos os integrantes do MP.

O livro MP Contemporâneo e do Futuro sintetiza, por meio de trinta e oito artigos, advindos de diferentes unidades da federação, experiências e perspectivas do Ministério Público Brasileiro, na luta diária de seus integrantes pela concretização da justiça e a edificação de uma sociedade livre e solidária, com manutenção da segurança jurídica por meio de coesão, coerência e unidade.

Agradecemos a cada um dos autores por compartilharem seus conhecimentos e concepções do Direito e da Justiça, pela perspectiva da atuação do Ministério Público. Também somos gratos à Editora D'Plácido que acreditou neste projeto institucional e amplificou o debate público das ideias de tantos integrantes do MP brasileiro.

A realização deste livro é um esforço conjunto do CDEMP/ENAMP, em parceria com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da sua Unidade de Capacitação.

A união dessas instituições reforça o compromisso do Ministério Público brasileiro pelo constante aperfeiçoamento funcional de seus integrantes. O MP precisa valorizar o seu capital humano, como sendo o fator mais importante para a promoção da justiça. A eficiência dos serviços prestados pela instituição passa, necessariamente, pela ênfase na ciência, na reflexão contínua das suas práticas e na construção de teses que possam nortear a melhor resolutividade do Ministério Público do século XXI.

Curitiba, inverno de 2021.

Eduardo Cambi

Promotor de Justiça

Coordenador da Escola Superior do MPPR
Presidente do Conselho Nacional de Diretores de
Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento
Funcional do MP brasileiro (CDEMP)

Apresentação

por Antônio Augusto Brandão de Aras

Com muita honra, recebi o convite para formular a apresentação conjunta desta obra dedicada à atuação do Ministério Público contemporâneo e do futuro.

Iniciativas como esta, voltadas a fomentar o debate acadêmico e a contribuir para a contínua unidade da atuação ministerial, são fundamentais para a consolidação institucional do Ministério Público brasileiro, erigindo-o ao patamar de instituição de vanguarda.

Quando olhamos para o futuro, é preciso buscarmos novos marcos de atuação do Ministério Público, expandindo nossos horizontes para atender as necessidades de uma sociedade em constante transformação.

Nesta oportunidade, uma vez mais, podemos semear a reflexão sobre os caminhos para a concretização qualificada dos misteres constitucionais confiados ao Ministério Público brasileiro, diante das adversidades e dos novos desafios que se revelam.

O leitor encontrará, neste livro, uma seleção criteriosa de artigos, o que demonstra inequivocamente o espírito audaz dos agentes que integram o Ministério Público e que, igualmente, permeia os ventos que conduzem as ações de nossa Instituição.

Parabenizo, portanto, o desenvolvimento desta grande obra e registro meus agradecimentos a todos que colaboraram com este importante trabalho, na certeza de que os textos aqui apresentados contribuem para a integração e para o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro do porvir.

Antônio Augusto Brandão de Aras
Procurador-Geral da República, Presidente do
Conselho Nacional do Ministério Público

Viver o hoje, pensar o amanhã

por Ubiratan Cazetta

Organizar obras coletivas envolve um desafiar constante das frases prontas e grandiloquentes, mas como lidar com tal constatação e trabalhar com a ideia de descrever o Ministério Público contemporâneo e o do futuro?

Se é fato que o Ministério Público brasileiro não nasceu em 1988 (e tantos nomes provam a afirmação, tal como, para citar dois apenas, nos provam as trajetórias de Cláudio Lemos Fonteles e Hugo Nigro Mazzilli), é certo que consolidamos um desenho diferente nos últimos 33 anos, o que trouxe novos embates, necessidade constante da autocrítica institucional e uma passagem de bastão entre gerações, nem sempre tranquila, embora inevitável.

Pensar o amanhã de uma instituição tão plural, marcada pela necessidade de ser questionadora, implica, também, em olhar o hoje, as fórmulas que continuamos a adotar, muitas vezes sem um refletir real quanto aos seus impactos e consequências.

E o novo não nasce pronto, não permite cerimônias de inauguração e marcos bem definidos. Ele vai se impondo, sorrateiro, por vezes naturalmente, por vezes como fruto de um grande conflito interno.

Fomos desenhados para incomodar, para imputar, para apontar indícios de irregularidades, para forçar a sociedade a reconhecer seus deficits de implementação de direitos, notadamente daqueles que nos acostumamos a identificar ora como tutela coletiva, ora como direitos fundamentais, ora, ainda, como direitos humanos.

Mas existe mesmo uma linha divisória clara entre tais categorias?

Será verdadeiro que apenas somos implementadores de direitos fundamentais quando discutimos temas como meio ambiente, infância e adolescência, relações de consumo, saúde e outras políticas públicas?

Pensar assim seria reduzir o Ministério Público a um conjunto simplista de atividades e desprezar que a tutela penal, nossa vertente de origem, cobra-nos, mais do que nunca, um olhar de implementador de direitos, tanto das vítimas, quanto da sociedade, quanto daquele que, tendo infringido uma norma incriminadora, tem o direito de ser respeitado como cidadão e como titular de direitos, até para que a pena imposta tenha algum sentido social.

Com esse olhar, é um orgulho para a ANPR participar, em tão boa companhia, da presente obra, permitindo que o debate sobre o Ministério Público, em tão diferentes temas, propicie que o novo sempre venha, consolidando e respeitando o passado e, principalmente, abrindo o olhar para o papel que se espera de nós na consolidação de uma sociedade democrática, plural, diversa.

Ubiratan Cazetta
Presidente ANPR

Apresentação

por Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares

Após recentemente comemorar 50 anos de sua fundação, a CONAMP, através de sua diretoria e conselho deliberativo, recebeu com muita honra a missão de realizar a “apresentação” desta importante obra coletiva *“Ministério Público Contemporâneo e do Futuro”*, organizada pelo Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público brasileiro (CEAF’s) cujo objetivo é, a um só tempo, meditar sobre o momento atual e propiciar um traçar de caminhos para enfrentamento dos desafios futuros do Ministério Público brasileiro.

A história do Ministério Público brasileiro se confunde e está umbilicalmente ligada ao engajamento classista e à criação/fundação das associações estaduais do Ministério Público, cujo ápice se deu a partir da unidade e consciência nacional alcançada a partir do surgimento da CONAMP¹.

A partir dos conhecimentos acadêmicos e institucionais ameados pelos membros e membras do Ministério Público de todo o país ao longo de sua carreira, pudemos anotar referências de que cada tema abordado e analisado traz reflexões de aprimoramento e de aperfeiçoamento das nossas ações sob um olhar de presteza, resolutividade e eficiência.

Identifica-se nos tão bem arrazoados (artigos) constantes da obra, uma clara e necessária interlocução e sintonia entre os desafios de ontem,

¹ “Foi durante o III Congresso do Ministério Público Fluminense, realizado, no Hotel Higino, na cidade de Teresópolis, em dezembro de 1970, que surgiu a ideia da criação de um órgão que congregasse nacionalmente as Associações Estaduais dos Estados que as tivessem”. (CABRAL NETTO, J. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CAEMP/CONAMP - Uma História sem fim. Porto Alegre: Magister Editora, 2009. p. 26)

de hoje e o basilar olhar de futuro condizente com o compromisso de cumprir as missões delineadas na Carta Magna, a cargo do Ministério Público e cuja destinatária é a sociedade.

De forma plurifacetada, os nobres autores trataram dos diversos temas albergados nas áreas de atuação do *Parquet*, a exemplo da temática dos direitos humanos – com realce à necessária proteção ao direito das vítimas, a prática de ações de combate ao crime e à impunidade, inclusive com uso de instrumentos de solução negociada, atuação na efetivação de políticas públicas, equidade de gênero e étnico-racial, dialética propositiva para evolução das estruturas internas da instituição, utilização de instrumentos da nova tecnologia para viabilizar uma atuação mais eficiente e célere, atuação preservativa para proteção dos interesses indisponíveis, coletivos e difusos, adoção dos mecanismos extraprocessuais de solução das demandas, explanação de casos e do correspondente modelo de atuação e suas técnicas, empregados para a apuração e seu equacionamento, etc.

A partir desse arsenal técnico-jurídico apresentado (presentado) à comunidade ministerial e à sociedade na presente obra, certamente, afigura-se que a missão conferida ao Ministério Público e a seus integrantes pela Constituição Federal de fiscalizar todas as demais funções de Estado, exatamente por ocasião da determinação de que deve “*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição*”², será mais consistente e condizente com uma concepção plural, humana, propositiva, solidária, eficiente e democrática.

Boa leitura a todos!!!!

Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares
Presidente da CONAMP

² Art.129, inciso II da CF/88.

Apresentação

por Ivana Lúcia Franco Cei

A pandemia provocada pelo Coronavírus, em que o isolamento e uma sucessão de fatos, em todas as áreas, países, empresas, famílias, organizações e o mundo, passaram a ser uma constância, aprendemos da extrema fragilidade da existência humana, a forma de produzir na tecnologia.

Tudo se precipitou, do agravamento das crises ao encontro de soluções, o mundo digital e a sensação e motivação foi a de aceleração no tempo, tornando urgente a necessidade de mobilização de qualidade e diversidade, que criasse laços de compromissos padronizadores, como a produção desta obra coletiva “MP Contemporâneo e do Futuro”.

A parceria do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União-CNPG, com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CO-NAMP e o Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP, quando do Edital número 01/2021, em que foram selecionados artigos de diferentes estados da federação, tornou-se desafiadora e resolutiva, consolidando a retomada do “querer fazer”, do ideal democrático, mesmo com o programa pedagógico das Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF’s), que corporificam o aprendizado e passos do ministério público brasileiro, tenha sido realizado a distância.

Os 38 (trinta e oito) artigos deste livro resultam de relatos, experiências, intervenções desenvolvidas e reflexões escritas por especialistas, visando participação de todos, aperfeiçoamentos, ações unificadas, um caminho harmônico de convivência e crescimento, que servirão de base e direcionamento.

Para as análises dos impactos dos cenários apresentados ao Ministério Público, diante da pandemia e preparação para o amanhã, adaptando-se e planejando o futuro.

A obra é fundamental para a reflexão, com a disposição de acrescentar conhecimentos na lida com problemas diários e soluções possíveis, como uma nova forma de caminhos e um olhar diferenciado e importante para o progresso da percepção e ação de evolução institucional.

Ivana Lúcia Franco Cei
Presidente do CNPG, Procuradora-Geral
de Justiça do Estado do Amapá

“A realização deste livro é um esforço conjunto do CDEMP/ENAMP, em parceria com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da sua Unidade de Capacitação.

A união dessas instituições reforça o compromisso do Ministério Público brasileiro pelo constante aperfeiçoamento funcional de seus integrantes. O MP precisa valorizar o seu capital humano, como sendo o fator mais importante para a promoção da justiça. A eficiência dos serviços prestados pela instituição passa, necessariamente, pela ênfase na ciência, na reflexão contínua das suas práticas e na construção de teses que possam nortear a melhor resolutividade do Ministério Público do século XXI.”

Eduardo Cambi



ISBN 978-65-5589-386-1



9 786555 893861